

missão profética

(II)





CEI SUPLEMENTO N.º 9

SETEMBRO — 1974

Publicação de **Tempo e Presença**
 Editora Ltda.

Registrado de acordo com a
 Lei de Imprensa

DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Domicio Pereira de Mattos

REDATOR:

Carlos A. C. da Cunha

CONSELHO REDATORIAL:

Rubem A. Alves

Ana Vitória de Toledo Barros

Elter Maciel

Paulo César Loureiro Botas

Jether Pereira Ramalho

IMPRESSÃO:

Princeps Gráfica e Editora Ltda.

Rua Teodoro da Silva, 574

Distribuído aos assinantes
 do **CEI**

Assinatura anual: Cr\$ 30,00

Cheque pagável no Rio de
 Janeiro em nome de:

Tempo e Presença Editora Ltda.

Caixa Postal, 16.082 — ZC-01
 20.000 RIO DE JANEIRO, GB

Preço do exemplar avulso:

Cr\$ 3,50

ÍNDICE

EDITORIAL 1

ESTUDOS

Carlos Mesters

— O Profeta Jeremias: a
 fuga não é solução ... 2

José Carlos Estêvão

— Ser Profeta: um ato
 de coragem 6

C. H. Wanke

— Pressuposições e inten-
 ções da Crítica Social
 dos Profetas 8

PROFETAS

Dietrich Bonhoeffer .. 18

João XXIII 21

Martin Luther King Jr. 23

**MISSÃO PROFÉTICA DA
 IGREJA HOJE**

Textos diversos 26

CAPA — Detalhe de “o mundão de lama” das margens do Capibaribe, favela do Coque, Recife. Segundo a polícia “foco de marginalidade”. Clichê parcial da Revista Veja, n.º 312, pág. 61.

DEUS não ficará sem profetas em momento algum. Os profetas traduzem a sua ação e presença (instrumentos do Espírito) no mundo do nosso cotidiano. Do meio de um grupo, ele suscita indivíduos — como Davi “de trás do rebanho”. Ou então levanta grupos-profetas para se fazer presente e atuante noutros grupos — os doze constituem o primeiro grupo profético do cristianismo. Ou ainda um povo, ou povos que passam a exercer ação dinâmica em meio às nações — como Israel. E se as crises de nosso tempo são resultantes da ausência eventual ou parcial de profetas e santos, também é verdade que o ficarem de pé as civilizações é decorrência da presença de uma Igreja Profética.

Deus, pois, jamais deixará de ter e de suscitar profetas. Se houver recusa dos homens ele poderá gerar pedras-profetas (“as pedras clamarão”) para que afirmem sempre “ser bendito o que vem em nome do Senhor” e para que neles/nelas (indivíduos, grupos, nações, pedras) continuem sendo abençoadas todas as nações da terra.

Queremos continuar, aqui — no CEI e SUPLEMENTO — vozes proféticas e páginas de profetas. Neste sentido particular de chamamento para missão especial, nossas páginas, neste número, trazem estudos, profetas e apelos à ação.

Nos estudos o aprofundamento sobre os dados e ensinamentos da Palavra de Deus. A lição bíblica

de Carlos Mesters sobre Jeremias é que ao profeta não resta a solução da fuga. José Carlos Estêvão estréia em nossas páginas corajoso para ensinar que “ser profeta é um ato de coragem”. O terceiro estudo (uma tradução e adaptação de trabalho originalmente escrito em alemão) de C. H. Wank parte da premissa de que os profetas sempre “dão os nomes aos bois”. Para o escritor — com bases bíblicas sólidas — as contestações proféticas estão encrustadas numa realidade e num certo tipo de desenvolvimento desumano. São linhas retas críticas sobre as linhas tortas de uma história que certos homens querem escrever a seu modo, e que a Palavra de Deus (expressão profética) denuncia.

Desta vez selecionamos ainda textos de Bonhoeffer, João XXIII e Luther King. Profetas de Deus em circunstâncias bem diversas e em dimensões históricas idem. Contestadores, entre tantos, de estruturas diabólicas por um lado políticas, noutro eclesiais e, no terceiro, éticas (isto é divisão meramente para fins didáticos). Os três, mortos (“depois de mortos ainda falam”) eram “homens dos quais o mundo não era digno”.

No fim alinhamos seis textos, seis “gritos”, entre milhares, para, como Igreja, aprendermos a ouvir.

Leitor, aí está a Palavra de Deus em sua triplice expressão: Bíblia, Homem, Fato.



estudos

O Profeta Jeremias: a fuga não é solução

Carlos Mesters

Num dia de relativa calma, após um assédio prolongado de Jerusalém por parte dos Caldeus, Jeremias aproveitou a ocasião para visitar os seus parentes na terra de Benjamim, a fim de tratar com eles um assunto de negócios (cf Jer 37, 11-12). Ao sair da capital, porém, o guarda o mandou parar: "Você está passando para o lado dos Caldeus!" (37, 13). "Mentira! Eu não estou passando para os Caldeus", respondeu Jeremias (37, 14). Não adiantaram as suas explicações. Ele foi preso e espancado, sob a acusação de estar fazendo o jogo dos inimigos da Pátria. Foi jogado na prisão (cf. 37, 15). E que prisão! Um calabouço que lhe dava medo até de morrer (cf. 37, 20).

Naquele ambiente de psicose anticaldaica ou antibabilônica,

os dirigentes do povo perderam a cabeça. Ninguém mais pensava direito. As soluções propostas para a segurança do povo eram incertas e estranhas. Faziam a política de avestruz. Silenciavam e fingiam ignorar o perigo, dizendo: "Tudo vai bem!", quando tudo ia mal (6, 14). Só falavam de felicidade para encobrir as feridas do terror (cf. 8, 11). Procuravam alianças militares com a Assíria e sobretudo com o Egito. Mas a Assíria já estava agonizante, pois alguns anos antes, sua Capital Nínive, caíra sob os golpes dos Babilônicos ou Caldeus, e alguns anos depois, deixaria de existir definitivamente. O Egito, por sua vez, não estava interessado em outra coisa a não ser na segurança das suas próprias fron-

teiras (cf. 37.7). Um país-satélite ou tampão como a Judéia lhes era muito útil. Por isso, os egípcios aliciavam os judeus com promessas e conseguiram, de fato, um grupo a seu favor dentro do próprio governo de Jerusalém. Enfim, esta política fraca e falsa, promovida pelo próprio rei de Judá, era encoberta pelo manto protetor da região oficial. No fiel cumprimento da liturgia, com suas festas e cerimônias, pensavam encontrar a raiz da sua segurança: "Estamos salvos!" (7. 10). E não era difícil encontrar profetas e sacerdotes para dar cobertura a este modo de pensar e assim confirmar os dirigentes do povo nas suas supostas soluções para a crise. Desse modo, a religião se tornava um verdadeiro ópio para o povo, que acreditava santamente nos falsos profetas quando diziam: "Todo o bem vos será dado! Nada de mal vos acontecerá" (23, 17). Mas... não se combate um exército com ritos, cerimônias e promessas. A desgraça se aproximava inexoravelmente.

No meio da angústia generalizada, um homem conservava a cabeça fria. Jeremias. Ele via a falsidade desta posição político-religiosa e a denunciava com toda a clareza e sem medo. Não se incomodava com o que diziam os profetas oportunistas, mas seguia o seu caminho, desmascarando, um por um, os pontos fundamentais desta falsa segurança, criada pelo medo e nela euforia presunçosa.

Ele dizia claramente: O culto, executado com tanto esmero e aprimorado com o incenso de longínquos países, não agrada a Deus (cf 6, 20). É um culto falso e sem honestidade (cf. 7, 21-26). Não oferece proteção alguma. Orgulhar-se com a posse do templo e gritar: "Templo de Deus! Templo do Senhor! Aqui está o templo do Senhor!" (7,

4) é um engano trágico, pois ele já não é mais a morada de Deus. Deus se tornou um estrangeiro na sua própria terra (cf. 14, 8) e o templo vai ser destruído como uma casa qualquer (cf. 7, 12-14). Deus não quer mais saber dele (7, 15). A circuncisão (9, 24), os sacrifícios (14, 12), o jejum (14, 12) e a oração (11, 14) não servem para mais nada. Nem mesmo se os grandes homens do passado, Moisés e Samuel, intercedessem, Deus se voltaria para o povo (cf 15. 1). Nem adianta dizer: "Mas temos a Lei do Senhor!" pois, na verdade, por meio da mentira, fizeram da Lei de Deus um instrumento de opressão e de engano (cf. 8, 8-9). Nem as promessas divinas feitas ao rei oferecem uma base de segurança, pois "mesmo que o rei fosse um anel em minha mão direita, eu o arrancaria, diz o Senhor" (22. 24). Conclusão trágica mas óbvia: "O Senhor não está mais em Sião e nela não mora mais o seu Rei" (8, 19). Para nada serve gritar: "Tudo vai bem: Tudo vai bem! porque tudo vai de mal a pior" (8, 11). Junto com o apoio de Deus cai o apoio dos homens. O Egito não vai poder ajudar e socorrer (cf. 37, 7). "Serás desiludida pelo Egito como o foste pela Assíria. De lá sairás também com a cabeça entre as mãos!" (2, 36). Não havia mais jeito. As soluções oficiais não eram soluções.

Mas criticar e denunciar é fácil! Qual é a solução que você oferece, Jeremias, você que critica tudo? — Não há mais solução! Está tudo podre! Esta instituição que está aí deve desaparecer. O pecado penetrou tudo (cf. 17, 1-2). O não querer o bem e a honestidade é a raiz da maldade e da desgraça (cf. 18, 12). "Pode um negro mudar a própria pele? ou uma onça apagar as malhas de que se reveste? E vós, como podereis pra-

ticar o bem, se estais impregnados de maldade?" (13, 23). A solução é que tudo deve ser destruído. "Quebrarei este povo e esta cidade como se quebra um vaso de barro sem que possa ser refeito" (19, 11). O que podem fazer é entoar desde já um canto fúnebre (cf. 7, 29). "Então, Jeremias, aonde iremos? — Para a peste os que são destinados à peste! Para a espada os que são destinados a perecer pela espada! Para a fome os que são destinados a morrer de fome! Ao cativoiro os que são destinados ao cativoiro!". (12, 2). A única possibilidade para poder escapar com vida desta terrível ameaça que avançava era entregar-se ao inimigo que se aproximava (cf. 27, 12 e 38, 17). Era este o conselho que Jeremias dava a quem quisesse ouvi-lo.

Um homem que falava assim era perigoso. Os seus discursos causavam revolta, desmoralizavam o povo e tiravam o vigor dos soldados que já não teriam mais coragem nem ânimo para combater (cf. 38, 4). E, no fundo, o que Jeremias entendia de estratégia militar? Nada! "Este homem deve ser eliminado" (38, 4). Por isso foi preso ao sair da cidade, como espião e traidor. Fassur, o superintendente do templo, mandou espancá-lo e pô-lo em grilhões (20, 1-2). Porém, a prisão nada resolveu. Um homem como Jeremias sempre incomoda, seja preso, seja solto. Em vez de melhorar, a situação agravou-se ainda mais, pois a prisão de Jeremias causou divisão entre os próprios dirigentes do povo (cf. cc. 37 e 38). Seja a favor, seja contra, todos tinham medo dele.

O pensamento de Jeremias era muito simples, tão simples que custava entendê-lo: A situação atual da nação era, para ele, uma prova evidente de que o povo deixava de servir a Deus.

A injustiça se encontrava instalada no poder, a começar pelo próprio rei (cf. 22, 13-19). Jeremias chegou mesmo a duvidar que ainda houvesse um único homem em Jerusalém que praticasse a justiça (cf. 5, 1). Para ele, a causa de tudo isto era o abandono de Deus (cf. 9, 2). Em vez de servir ao único Deus que queria justiça (cf. 7, 5-6), cada um seguia o seu próprio deus. Havia tantos deuses quantas eram as cidades de Judá e havia tantos altares de idolatria quantas eram as ruas de Jerusalém (cf. 11, 13). Numa situação dessas não adiantava a política de avestruz, não adiantava fugir da responsabilidade e procurar proteção numa religiosidade vazia de sentido ou em alianças militares duvidosas. Importava atacar o mal pela raiz, pois a fuga nunca é solução: "Praticai a justiça desde o nascer do dia, livrai o oprimido das mãos do opressor, para que o meu furor não se inflame como o fogo, braseiro que não se pode extinguir" (21, 12). Todas as outras soluções seriam enxertos num galho morto. A sua única vantagem seria apressar a desgraça do perigo caído que elas visavam evitar. "Já se podia ouvir o relinchar dos cavalos e toda a terra já estremecia com o estrépito de seus corceis" (2, 16). E ninguém parecia estar consciente de que eles mesmos, no seu esforço errado de solucionar a crise, estavam roçando a aproximação do caos. Não queriam ver a luz da verdade que Jeremias lhes trazia com palavras simples, claras e incisivas. Viviam na mentira, tinham medo da verdade e queriam abafar a sua voz. Jeremias foi perseguido, maltratado. Parecia o homem mais infeliz do povo.

Vista à distância, uma figura como a de Jeremias causa admiração. Vista de perto, ela des-

norteia pela violência do seu sofrimento e pela fidelidade imperturbável a uma missão que ele nunca desejou, mas que lhe foi imposta pelo próprio Deus (cf. 20, 7-9). É preciso ter sofrido muito para poder chegar a dizer: "Maldito o dia em que nasci! Nem abençoado seja o dia em que fui dado à luz. Maldito o homem que levou a notícia a meu pai e que o cumulo de felicidade ao dizer-lhe: Nasceu-te um menino! Porque antes de nascer, eu não morri? Ah! tivesse sido meu túmulo o ventre materno! Por que saí do seu seio?" (20, 14-17). Jeremias foi vítima de conspirações e de atentados (cf. 18, 18), "objeto de discórdia em todo o país" (15, 10). Trágica é a sua queixa: "Deixei minha família, abandonei minha herança, e releguei a mãos inimigas o que de mais caro meu coração possuía (sua mãe). Meu povo foi para mim qual leão na floresta a rugir contra mim". (12, 7-8). Ele ficou só e isolado com o seu sofrimento. Todos eram contra ele: os irmãos e a própria família o traíram (cf. 12, 6), os seus conterrâneos de Anatot, sua terra natal, quiseram matá-lo (cf. 11, 18-21), os sacerdotes, os profetas oportunistas e o povo inteiro se lançaram contra ele gritando: "À morte" (26, 8). No fim, foi jogado num poço velho e fedorento, de onde foi tirado e salvo por intervenção de um dos seus poucos amigos (cf. 38, 1-13). E o pior de tudo, parecia um sofrimento inútil, pois ninguém queria atender à sua pregação. Lutou e trabalhou durante vinte e três anos em seguida, sem obter o mínimo resultado (cf. 25, 3). Mas no meio de todo este sofrimento, uma força o sustentava, que nenhum homem podia vencer e que fazia dele "uma fortaleza, uma coluna de ferro, um muro de bronze" (1, 18). Era a certeza da fé: "O Se-

nhor Deus está comigo, qual poderoso guerreiro" (20, 11). Por isso, por mais duro que fosse o seu destino, ele lembrava com alegria o momento de sua vocação: "Seduzistes-me, Senhor, e eu me deixei seduzir! Dominastes-me e obtivestes o triunfo" (20, 7).

Nunca honrado em vida, este homem, depois de morto, se tornou a imagem do futuro messias. O profeta Isaias estava pensando em Jeremias, quando escrevia sobre o futuro messias: "Foi castigado por nossos crimes, e esmagado por nossas iniquidades; o castigo que nos salva pesou sobre ele, fomos curados graças a seus padecimentos. Todos andávamos desgarrados como ovelhas, seguíamos cada qual o nosso caminho. E o Senhor fazia recair sobre ele o castigo das faltas de todos nós. Foi maltratado e resignou-se, não abriu a boca, como um cordeiro que se conduz ao matadouro" (Is 53, 5-7). Na aceitação do sofrimento, provocado pela denúncia da injustiça e da falsidade, Jeremias indicou e abriu a estrada futura da libertação. É sempre assim. Aquele que em vida parecia apagar a esperança dos outros, depois de morto se torna símbolo e expressão da esperança universal.

E dessa esperança futura Jeremias falou, e falou muito. Na mais negra escuridão da crise, quando a cidade estava assediada, ele levantou a voz para dizer: "Desponta em teu futuro a esperança" (31, 17). "De longe me aparecia o Senhor: Amo-te com um eterno amor, e por isto a ti estendi os meus favores. Vou reconstruir-te, e serás restaurada, ó Virgem de Israel! Virás, ainda, ornada de tamborins participar de alegres danças. E ainda plantarás vinhas nas colinas de Samaria. E delas colherão frutos os plantadores" (31, 3-5).

Ser Profeta: um ato de coragem

José Carlos Estêvão

“Também houve outro homem, Urias, filho de Semaias, de Quiriate-Jearim, que profetizava em nome do Senhor, e que profetizou contra esta cidade e esta terra, segundo todas as palavras de Jeremias. Ouvindo o rei Joaquim, e todos os seus valentes e todos os príncipes as suas palavras, procurou o rei matá-lo; mas ouvindo isto Urias temeu, fugiu e foi para o Egito. O rei Joaquim, porém, enviou Elnatã, filho de Acbor, ao Egito, e com ele outros homens.

Eles tiraram Urias do Egito, e o trouxeram ao rei Joaquim; este mandou feri-lo à espada e lançar-lhe o cadáver nas sepulturas da plebe”. (Jr 26.20-23).

“Veio a palavra do Senhor a Jonas, filho de Amitai, dizendo: Dispõe-te, vai à grande cidade de Nínive, e clama contra ela, porque a sua malícia subiu até mim. Jonas se dispõe, mas para fugir da presença do Senhor. (Jn 1.1-3).

O destino de Urias nos dá uma idéia das sóbrias razões de Jonas quando se dispôs a fugir.

O Senhor não envia seus profetas contra a Injustiça, a Maldade Humana, universalizadas e diluídas entre todos os homens, sem rosto, sem data nem lugar — a maneira mais cômoda de mentir: dizendo verdades tão gerais e tão eternas que dariam no mesmo senão fossem ditas. A palavra do profeta tem rumo certo. Urias falou “contra esta cidade e esta terra”, onde injustiça e maldade são historicamente concretas, e seu nome é rei

Joaquim. Jonas sabia que dizer a verdade pode custar muito; çor exemplo a inimizade do rei. Para Urias, custou o medo, a fuga, o exílio, a perseguição, a prisão, a morte. Na “grande cidade de Nínive”, as espadas feriam tão fundo quanto as dos guerreiros de Judá. Sem dúvida era preciso coragem para se dispor e ir.

O medo de Jonas, no entanto, nunca nos parece trágico, ao contrário, e tragicômico, desperta riso. Talvez um certo sorriso de cumplicidade. Jonas parece tudo, menos um profeta do Senhor. A coragem necessária para ser profeta — coragem mais psicológica que qualquer outra coisa, sem pretensões metafísicas ou existenciais; a coragem descomplicada de “ter peito” para enfrentar o que der e vier — no mínimo nos é estranha.

Mesmo quando já nos descartamos da visão ingênua do profeta e como adivinho do futuro, continuamos a vê-lo como um místico — humano mas nem tanto — o herói a quem a palavra do Senhor vem em meio a visões terríveis e grandiosas como as de Ezequiel, soando a nosos ouvidos um pouco como os coros e trombetas de um oratório de Handel, e da qual só poderíamos nos lembrar dizendo: “eu fui amargurado (...) mas a mão do Senhor se fez forte sobre mim”. (Ez 3.14).

O único medo que nos parece digno é aquele de homens que estão na presença de Deus.

A idéia é tranqüilizante: até que a palavra do Senhor se manifeste a nós desta forma es-

petacular, não seremos profetas. E se por acaso (ou azar) isto acontecesse, então seríamos transformados também nesta estirpe de semideuses...

A ridícula atitude de Jonas, tomando um navio para fugir da presença do Senhor — “o Deus do céu que fez o mar e a terra (Jn 1.9) nos obriga a repor os pés no chão. A exigência dos fogos de artifício (“uma profunda experiência mística e pesseal”, “uma perfeita identificação com o povo”) é apenas a nossa forma mais comum de fuga.

Como não pretendemos enfrentar riscos, reduzimos o medo dos profetas a uma retórica afirmação de humildade: “mas eu, Senhor, que sou tão indigno?” Embora a veemência com que certos profetas resistem diante da missão com que se defrontam, nos obrigue a pensar em algo mais que humildade.

“Pois o clamor dos filhos de Israel chegou até mim e também vejo a opressão com que os egípcios os estão oprimindo. Vem, agora, e eu te enviarei a Faraó, para que tires o meu povo, os filhos de Israel, do Egito. Então disse Moisés a Deus: Quem sou eu para ir a Faraó e tirar do Egito os filhos de Israel? Deus lhe respondeu: Eu serei contigo” (Êx 3.9-12).

Moisés começa argumentando como nós, mas por que hesita se Deus estaria com ele? “Respondeu Moisés: Mas eis que não crerão, nem acudirão à minha voz, pois dirão: O Senhor não te apareceu” (Êx 4.1). Como nós, Moisés quer garantias. Só se disporia a lutar pela libertação do povo e contra o Faraó se tivesse a certeza da vitória. Queria a certeza de que seria seguido pelo povo. De que os egípcios não poderiam matá-lo. Exigia poderes sobre-humanos. O Senhor os concedeu. “Então disse Moisés ao Senhor:

“Ah! Senhor! eu nunca fui eloquente, nem antes e nem depois que falaste a teu servo; pois sou pesado de boca e pesado de língua” (Êx 4, 10). Libertar o povo, mas como? Moisés passou a argumentar que não saberia conduzir o povo. Não sabia falar, não sabia o que falar. Muito humildemente declinava da honra de ser profeta. “Respondeu-lhe o Senhor: Quem fez a boca do homem (...) Não fui eu, o Senhor? Vai, pois, agora, e eu serei com a tua boca e te ensinarei o que há de falar. Ele, porém, respondeu: Ah! Senhor! Envia aquele que há de enviar, menos a mim”. Então se acendeu a ira do Senhor contra Moisés”. (Êx 4.11-14).

Para quem conhecia tão bem tanto os judeus quanto os egípcios era preferível enfrentar a cólera de Deus.

A coragem de que Moisés precisava era a mesma de Jonas e Urias: a de falar mesmo tendo medo, a de ficar mesmo sendo obrigado a fugir.

O profeta nasce do meio do povo de Deus. Mas a história do povo não foi sempre a história de sua infidelidade para com Deus? Como os profetas que surgem do meio deste povo poderiam ser diferentes?

Da mesma forma que o povo escolhido nunca foi transformado por Deus em qualquer coisa perfeita, sobrenatural, incorruptível, fora da história, o profeta é um homem que vive até o fim as contradições de seu povo, sem nada de perfeito ou sobrenatural, sujeito à corrupção e mergulhado na história dos homens.

E é por isso que é preciso coragem para ser profeta.

Quando se é igual ao povo não se pode dizer impunemente: “Fica sabendo, ó rei, que não serviremos a teus deuses, nem adoraremos a imagem de ouro que levantaste” (Dn 3.18).

Pressuposições e intenções da crítica social dos Profetas

C. H. Wanke

Foi intenção dos profetas a elaboração de uma doutrina social religiosa, com toda a carga de abstrações que isto supõe?

Por detrás de todas estas contestações (da exploração econômica, dos aparatos jurídico-legal, político e ideológico) estava o desenvolvimento econômico...

Ninguém fala a partir de um vazio mental, mas a partir de categorias, imagens ou formas. (Por isso) as contestações (proféticas) são o resultado de uma determinada representação social, imagem de homem, concepção da história.

Constituem-se quase num tópico, nas discussões sobre temas sociais, as citações sobre os profetas no Antigo Testamento. Entretanto, apesar de tudo o que se tem dito sobre o assunto, existe apenas uma concordância entre as diversas interpretações que lhes são dadas. Não é demais, portanto, abordar-se o tema com a intenção de esclarecer qual é seu enfoque do ponto de vista social. — Foram os profetas, de fato, revolucionários ou tão somente reformadores?

A IMPUGNAÇÃO DAS ESTRUTURAS

Descrição Geral

De pronto, ao examinarmos os textos proféticos, se estabelece uma conclusão: As pessoas ou grupos de pessoas a quem os profetas dirigem sua crítica estão perfeitamente tipificados.

Amós fala contra a classe dominante de Samaria (3.9-10; 4.1-3; 6.1-8), a gente rica das cidades (5.11ss), e os comerciantes (8.4-8).

Oséias contra os que têm influência política, de tal maneira que poderiam influenciar na queda da monarquia (7.3-7; 8.4a) e contra os grupos econômicos (12.8-10).

Isaías contra a classe dominante de Judá, que neste caso

forma todo um emaranhado burocrático e palaciano, contra o rei, os juizes (1.10-17; 1.21-28; 5.23 e 10.1-4) e os grandes proprietários agrícolas (1.29-31; 5.8-10).

Miquéias contra os mesmos latifundiários (2.1-3; 6-9) e contra a classe dominante em geral (3.1-4; 3.9-12).

Jeremias contra a classe dominante (5.26-29; 6.13-15; 34.8-22) e, mais concretamente, contra os reis Joaquim e Sedeqias (22.13-19; 34.8-22).

Ezequiel contra a classe dirigente, aquilo que ele chama "os pastores", que identifica com o rei e a classe economicamente dominante (capítulo 34).

Em raríssimas ocasiões e mais de forma retórica, a crítica profética se dirige contra o povo (Amós 2.6-16; Oséias 4.1-3; Isaías 1.10-17; Jeremias 7.1-15). Mesmo nestes casos, deve-se levar em conta que a crítica se dá em função das classes poderosas.

E o povo é citado precisamente porque a atitude das classes dominantes caracteriza o país como Estado de maneira definida na qual todos se vêem obrigados a participar. A crítica se dirige frontalmente ao rei e aos poderosos, os quais, graças aos aparatos político, jurídico e ideológico, e em última instância ao poder econômico, determinam decisivamente a vida e a história de toda a sociedade.

A exploração econômica

Por isso, mais concretamente, a polêmica crítica e a ação profética são dirigidas contra a acumulação do capital em poucas mãos, na forma de propriedade de casas ou dos campos (Isaías 1.29-31; 5.8-10). Estendendo a crítica às conseqüências (a ostentação de poder através de uma vida luxuriosa: Amós 6.1-7; Isaías 3.16ss), e às

raízes e causas (os métodos através dos quais se tem acumulado essa riqueza). Neste sentido, se merecem crédito as palavras dos profetas, as classes dominantes se comportavam com uma dureza sem escrúpulos, empregando, sem qualquer limite, todos os recursos do seu poder. As vítimas desta forma de proceder eram os pobres, num sentido muito amplo e por sua vez muito concreto: as pessoas desamparadas jurídica, social e economicamente, os espoliados, as viúvas, os órfãos, os estrangeiros. Todas estas pessoas estavam entregues à sina da classe dominante, sem qualquer proteção, ao terror e aos atos de violência (Amós 3.9-10; 4.1-3; 8.4; Oséias 12.8). De dentro da riqueza e das brilhantes construções de cidades levanta-se o clamor do sangue dos espoliados e dominados (Miquéias 3.10). Miquéias nos descreve a situação — Em 2.8 compara a conduta dos poderosos contra seu próprio povo à fúria de um conquistador em terra estrangeira, e em 3.2b,3 apresenta o povo como um animal que tem sido esartejado e descarnado para ser comido.

O aparato jurídico-legal

Onde a crítica se torna mais aguda e de forma radical é no ataque que se faz à utilização do direito por parte dos poderosos, servindo-se da própria lei para praticarem seus abusos. De mil modos e maneiras a defesa jurídica ou legal dos necessitados e dos pobres é completamente pisoteada e depreciada. Insiste-se nos abusos praticados nos empréstimos — por exemplo, o credor que retém os objetos dados em garantia pelo empréstimo, apesar de lei em contrário (Amós 2.8; conforme Êxodo 22.25) ou exige uma cau-

ção exagerada, desproporcional ao valor da dívida (Miquéias 2.10) ou por uma pequena prenda (um par de sandálias) condena-se à servidão alguém que deve (Amós 2.6; 8.6). Os impostos se convertem em uma fonte de renda para aqueles que os controlam (Amós 5.11). E, diante de tudo isto, se alguém pretende reclamar seus direitos ante os tribunais (o julgamento dos anciões nas portas da cidade), de ante-mão deve considerar-se como esbulhado (Amós 2.7; 5.12). Os juizes e os servidores se acham de tal maneira vendidos que absolvem ao culpado e condenam ao inocente (Amós 5.12; Isaías 1.23; 5.23; Jeremias 5.27-28). Tão corrompida está a justiça que quem exige os seus direitos desperta o ódio dos poderosos (Amós 5.7-10; Miquéias 3.9-12). Toda ordem jurídica está em ruínas (Miquéias 3.1-2a), mais do que isto, converteu-se no aparato e em instrumento de perpetuação das injustiças e de sua própria justificação (Amós 5.7; 6.12). Nesta situação, as classes dominantes têm a desfaçatez de afirmar que reina a ordem e a justiça, que tudo está em paz (SHALOM), que a riqueza não é nenhum pecado (Jeremias 6.13-15; Oséias 12.9).

Este tema do direito, como aparato repressivo ao serviço das classes dominantes, culmina na aguda crítica de Isaías. O profeta ataca aqueles que promulgam novas leis e normas com o fim de tornar inválidas as antigas e deixar os pobres sem nenhuma proteção (Isaías 10.1-3). Sem qualquer dúvida refere-se aos empregados reais, à burocracia palaciana, àqueles a quem, em outra parte, o próprio profeta lançará em cara a acusação de levar o povo à miséria. A razão do ataque de Isaías às novas leis é evidente. O novo complexo jurídico-legal em sua totalidade estava elabo-

rado a fim de permitir aos poderosos a espoliação das terras dos camponeses. Por meio de manipulações econômicas e jurídicas o grande proprietário vai fechando pouco a pouco o seu cerco em torno dos pequenos camponeses, e, deste modo, a pequena propriedade e as moradias, ligadas à família, vão desaparecendo (conforme Miquéias 2.1-3 e 2.9-10). Isaías chega a afirmar que, com este "desenvolvimento", somente os grandes proprietários poderiam viver no país, já que aos demais havia sido tirado até o direito de espaço. Nas mãos de poucos concentrava-se não somente a propriedade, mas os direitos de cidadania que, como é sabido, achavam-se ligados um ao outro. A imensa maioria da população, em virtude desses mecanismos legais, era lançada na completa dependência política, econômica e religiosa (Isaías 5.8-10).

O aparato político e ideológico

Nesta mesma linha de impugnação das superestruturas que mantêm a exploração econômica, encontramos a crítica ao aparato político e ideológico. No caso de Israel, a realeza e o culto. Somente dois exemplos serão escolhidos, a fim de nos ajudar a entender suficientemente sua significação. Em Oséias 13.9-12 lemos: "Quando eu te maltratar, ó Israel, quem te poderá valer? Onde está teu rei, que te possa salvar? onde, os teus governantes para te fazerem justiça, aqueles dos quais dizias: "dai-me um rei e um governo?" Dou-te um rei na minha ira, e na minha indignação o tirarei. Debaxo de chave está a iniquidade de Efraim, bem guardado está o seu pecado." Este juízo da realeza, como sinal da ira de Javé não é oca-

sional. Podemos encontrá-lo também em Oséias 7.3-7; 8.4. Em todas estas passagens a intenção do profeta é destruir a falsa legitimação que se faz da monarquia e da corte.

No mesmo tom de radicalidade e dureza expressa-se Jeremias contra a instituição ideológica por excelência — o culto. Em seu célebre "Sermão do Templo" (7.1-15), Jeremias critica o culto que se converteu em garantia de salvação e que funciona mecanicamente através de leis e tem perdido toda a sua relação com Deus e com os homens. O ritualismo se faz responsável dos males sociais enquanto dá cobertura ideológica, justificando-os. O juízo de Deus condena não somente a conduta particular dos homens, mas a própria instituição do templo e do culto como estrutura objetiva que ampara essa conduta. "Pois bem, porquanto cometestes todas aquelas ações, e enquanto eu vos falava com tanta solicitude, vós não me escutastes, e quando vos chamava não me respondestes, o templo intitulado ao meu nome, objeto de vossa confiança, farei do lugar que dei a vós e aos vossos pais, aquilo mesmo que fiz ao de Silo; lançar-vos-ei para longe de minha presença, como lancei todos os vossos irmãos, toda a linhagem de Efraim." Vemos ainda que a mesma conotação sócio-política, e não puramente espiritual, é encontrada em Amós 5.21-24 e Isaías 1.10-17.

A FORMAÇÃO SOCIAL DE ISRAEL NO PERÍODO PROFÉTICO

Por detrás de todas estas contestações e críticas estava o desenvolvimento econômico de Israel e Judá. Este é um aspecto muito importante do tema que nos temos proposto e, por isso mesmo, devemos considerá-lo. Resumiremos os resultados das

investigações de ALTS, HORSTS e DONNERS.

A primitiva formação social

O ponto de partida do desenvolvimento sócio-econômico de Israel deve ser colocado nas diversas circunstâncias e fatos que rodearam a ocupação de Canaã. As terras dedicadas à atividade pastoril foram sendo transformadas pouco a pouco, a partir da ocupação pelas tribos, em campos agrícolas. Neste processo vai surgindo um aparato jurídico condicionado pelas relações sociais próprias de uma comunidade de famílias e que tratava de regulamentar a apropriação e o uso da terra em benefício das mesmas. Baseado fundamentalmente na ocupação coletiva da terra, determinava por sorteio ou adjudicação uma parte dela a cada família. Esta parte de terra foi passando, com o correr do tempo e através do estatuto da herança, aos membros da família ou tribo, fundamentando assim um direito sobre ela. A propriedade familiar era comerciável ou transferível, porém tal possibilidade não estava totalmente ao arbítrio da própria família, pois havia algumas limitações. Assim, por exemplo, não podia ser vendida por qualquer motivo, e mesmo no caso de dívidas ou da extinção de uma família, teriam prioridade na compra os familiares mais próximos. Também podia-se devolvê-la à comunidade local, como propriedade coletiva para que essa a redistribuísse entre os mais necessitados. Esta ordem econômica possuía sua justificação religioso-ideológica na crença de que Javé era o verdadeiro proprietário e dono da terra e os israelitas simples administradores ou arrendatários (Levítico 25.23 e, em geral, todo o Deuteronomio). Por isso, a cada israelita livre seria designado um pedaço da terra de

Javé, com o qual devia ter assegurada sua manutenção e sua vida, sem cair nas necessidades de depender de alguém ou vender-se a outros.

O nascimento de um novo tipo de relações econômico-sociais

A formação social que acabamos de descrever, baseada fundamentalmente num pequeno campesinato patriarcal, não se pôde manter em equilíbrio por muito tempo. Circunstâncias exteriores a ameaçavam continuamente, e novas necessidades políticas e econômicas a questionavam. Ao lado desta concepção e prática social, se desenvolvia na Palestina, sobretudo, no âmbito das antigas cidades cananéias, uma ordem sócio-econômica marcada pelo que poderíamos chamar de livre-comércio, isto é, pela compra-e-venda das terras.

Esta nova forma de conceber o direito sobre a terra, como aquisição mercantil, permitia a acumulação de grandes propriedades nas mãos de poucos, o que, evidentemente, convertia-se em acumulação nas mãos dos nobres e pessoas ricas das cidades. As conseqüências desta evolução são evidentes: A formação de uma estrutura social na qual um pequeno número de proprietários dominava sobre uma maioria de pessoas sem qualquer propriedade e sem qualquer meio de subsistência, como nunca havia existido. Podemos nos perguntar de onde surgia essa classe com a capacidade aquisitiva de modo a converter-se em latifundiária? Em primeiro lugar, os funcionários reais, que a organização das cidades tinha de gerar e multiplicar. Eram pagos pelo patrimônio real ou, o que em geral ocorria, com novas terras. Em segundo lugar, os comerciantes localizados nas grandes cidades. Provavelmente, logo

após a ocupação, a primitiva ordem sócio-econômica foi sendo contaminada pelo contato com os cananeus e pela influência das formas de intercâmbio mercantil próprias às cidades cananéias mais desenvolvidas economicamente. Todavia, é com o estabelecimento do reinado de Davi que as duas tendências econômicas entram em conflito.

O papel do estado na criação dos aparatos de domínio e na acumulação de capital

Se no princípio o Estado de Israel pôde satisfazer suas necessidades de organização baseado numa ordem econômica de pequenos camponeses, logo ficou fora de dúvidas que esta estrutura já não se adequava à criação de um estado forte tal como a concebeu Davi. O que em primeiro lugar deve se levar em conta para garantir a consistência do Estado, é estabelecer um sistema fortemente burocratizado que regule independentemente e separadamente os níveis cútico, militar e civil. Para tal importava a extinção abrupta do antigo exército popular formado por todos os cidadãos de Israel, e do sistema democrático e espontâneo de se administrar a justiça nas portas das cidades, por parte dos anciãos e na presença de todo o povo. As ambições territoriais do novo Estado, com certas feições mini-imperialistas, fazem com que suas fronteiras não se limitem às terras ocupadas no princípio pelas tribos, mas que tendam a incorporar os territórios cananeus vizinhos, que possuem uma estrutura social mais avançada. Isto significou exigências de organização militar e administrativa com todas suas conseqüências. Com toda a certeza, pois, Davi e seus sucessores incorporaram funcionários cananeus a seu ser-

viço e se deixaram guiar por sua maior experiência.

Para financiar as medidas administrativas próprias a esta expansão do Estado, este se viu necessitado de fundos, com os quais pudesse pagar a nascente burocracia. É fato que Davi, com a conquista das cidades cananéias, se apoderou das riquezas de seus senhores. Mas ao lado disto, deve-se levar também em consideração a aquisição ou expropriação por parte do Estado de territórios que pertenciam às primeiras terras ocupadas pelas tribos. Assim, por exemplo, com a queda de Saul, Davi se apoderou de suas terras (2 Samuel 9). Mais grave ainda: as terras que por extinção de herdeiros deveriam retornar à comunidade local, como já vimos, para sua redistribuição entre os membros da mesma, também foram sendo apropriadas pela coroa (1 Reis 21.8ss; 2 Reis 8.1ss). Desta forma, com o passar do tempo, uma parte não pequena do que poderíamos chamar "patrimônio de Israel" se converteu em propriedade do Estado. Como era de se esperar, a exploração e os lucros destas terras foram cedidos aos funcionários como pagamento por seus serviços, com os quais a classe política se identificava e vinha a ser uma e mesma coisa com a oligarquia dos proprietários das terras e com os seus interesses.

A prática do poder nas classes dominantes

Davi e seus sucessores, ao conquistar as cidades cananéias, não invalidaram seu sistema sócio-econômico nem seus mecanismos de poder, mas foram assimilando-os através dos funcionários cananeus que empregaram, primeiro em Jerusalém e logo nas cidades da Samaria.

Próprio desses mecanismos de poder era o fato de que se podia

aumentar a riqueza com a aquisição de novas terras. Com isso, como já foi indicado, o que se conseguia era dobrar a influência política com funcionários e assentá-la no poder econômico. E vice-versa: conceder aos interesses econômicos todos os recursos do aparato político. Daí o enriquecimento podia fazer-se de muitas maneiras: impondo-se condições aos arrendatários, explorando os trabalhadores sem terra, fazendo valer sua influência nas apelações jurídicas ou nos conflitos administrativos. É óbvio que todos estes abusos podiam ter lugar, e cada vez mais impunemente, com o crescimento da máquina administrativa. E ao reverso, o peso e a influência do cidadão privado, tanto nas decisões políticas exteriores como no controle e direção do país, iam diminuindo acentuadamente.

Neste sentido, o estabelecimento de tropas mercenárias, ligadas diretamente ao rei e em substituição do antigo exército popular, teve uma grande transcendência política. De igual forma caiu na esfera real uma grande parte das decisões jurídicas, o que é o mesmo que se dizer que se passou a depender dos funcionários políticos e de seus interesses. Pode admitir-se que com isso se conseguia uma certa unificação da administração da justiça, mas não é menos certo que se dava também lugar à manipulação da mesma.

Acrescentemos que o comércio, graças à antiga experiência obtida no mesmo, permaneceu em mãos dos cananeus e que esta era uma das formas econômicas que melhor permitia o enriquecimento e o controle político. Toda uma série de manipulações e negociações tornaram-se habituais e até de bom tom. A capacidade aquisitiva acumulada nestes negócios proporcionava

va a oportunidade de se formarem grandes latifúndios. O povo se empobrecia cada vez mais nas cidades, sobretudo em Jerusalém e nas principais de Samaria; foi se formando uma classe social na qual se unia a riqueza, a propriedade e o poder, não somente econômico, mas também político, militar e até jurídico.

A IMAGEM SOCIAL DOS PROFETAS

A crítica profética, portanto, aparecia no momento histórico preciso. Até aqui temos descrito suas características. Nesta altura devemos nos perguntar se suas contestações não estão impregnadas e são o resultado de uma determinada representação social, ou de uma determinada imagem do homem, ou de uma determinada concepção da história que serve como ponto de referência e moldura de sua mensagem.

E como a resposta necessariamente tem que ser afirmativa, pois ninguém fala a partir de um vazio mental, mas a partir de categorias, imagens ou formas, temos de perguntar quais são elas, em que forma condicionam os seus projetos, e que validade histórica elas mantêm.

Personalismo?

Primeiramente devemos deixar claro o seguinte: A situação descrita era interpretada como resultado da estrutura social ou era atribuída à má vontade das pessoas concretas que por seu egoísmo e ambição, e independentemente da objetividade social e histórica, deterioravam e pervertiam estruturas ascéticas em si mesmas? Cremos que o que já foi mostrado na primeira parte, nos indicou qual era a intenção dos profetas e é suficiente para desbloqueá-los das

repetidas manipulações personalistas que têm sofrido em torno do que se denominou "conversão do coração". A segunda parte nos permitiu ver sua razão histórica.

Os profetas se dirigem a pessoas particulares e atacam sua conduta anti-social, mas, acima de tudo, dirigem sua mensagem contra as estruturas sócio-econômicas e contra os representantes de uma determinada classe que atuavam como sustentáculos das mesmas. Não é certo dizer "os ricos não são acusados por sua riqueza, mas por causa dos meios injustos de sua aquisição". Como se a instituição social pudesse ser considerada isolada das determinadas circunstâncias sociais e históricas que a mantinham, como se pudesse separar a conduta dos representantes de tal instituição dos condicionamentos da mesma. Ante as palavras de Isaías, no capítulo 5, versículo 8, pode-se manter a opinião de que os latifundiários são um fenômeno plenamente neutro desde que se tenham formado respeitando determinadas normas legais?

Por conseguinte, afirmamos que a crítica profética se dirige tanto contra a estrutura sócio-econômica e contra as instituições que operam como aparatos mantenedores e reprodutores dela, como contra a conduta dos representantes desta sociedade. Ambas as coisas: estrutura social e conduta social, o objetivo e o subjetivo, estreitamente relacionados, dialeticamente unidos. Nenhuma consideração que pretenda ser correta e total pode considerar separadamente estes aspectos e, certamente, os profetas não calaram neste erro.

Programa Restaurador?

Avançando um pouco mais, em face desta argumentação de

impugnação sócio-econômica, perguntemo-nos agora: Deve-se fazer algo em direção ao futuro, ou a crítica profética é simplesmente manifestação de descontentamento, demagógica, romântica à qual não se deve dar demasiada atenção, porque se limita a uma lamentação com vistas ao passado, por causa dos tempos bons, e nada se esperando do futuro, não tendo nenhuma imagem possível do mesmo? Ou não: Sua imagem do futuro está comprometida com a restauração dos tempos passados, considerados como felizes e iustos, fazendo-se "tábula-rasa" do desenvolvimento histórico?

Temos algumas indicações que nos ajudam. Vemos que os profetas se dirigem aqui e ali contra as alterações que se têm produzido na antiga estrutura dos pequenos proprietários. A crítica aos latifundiários em Isaías, mais ainda em Miquéias, somente pode ser compreendida plenamente tendo-se o velho como ponto de referência. No ataque que fazem à exploração dos pobres e despojados, aos abusos contra os servos e jornaleiros, à forma de aplicar as normas jurídicas, os profetas referem-se sempre ao esquecimento que se tem pelas velhas instituições, que, como já vimos, tinham as suas raízes na pequena propriedade e insistiam na ajuda ao próximo.

Daí, não se pode negar que a antiga formação social representava, para os profetas, um modelo ao qual Israel deveria unir-se. Isto não significava, entretanto, que suas críticas e pressuposições teriam de ficar atadas ao passado, levando conseqüentemente a uma "restauração". Em pouquíssimos casos (Mq. 2.1-5; Ez. 40-48) se declara abertamente uma intenção restauradora que identifique a solução dos problemas presentes

com a evocação do já ultrapassado e inviável esquema social. Na maioria dos textos falta uma indicação sobre o modo como se configurar o novo sistema social. Observações concretas sobre a maneira de se realizar uma transformação estrutural, algo semelhante a um programa social com perspectivas novas diante dos problemas sociais, condições econômicas, táticas, estratégicas, etc., tudo isto é impossível se encontrar nos escritos proféticos. O que aparece, na realidade, é uma lembrança, uma referência comparativa maior ou menor à antiga configuração social. Neste sentido, podemos afirmar que a crítica profética depende, em seu ponto de partida, de representações já superadas, mas que não pretende modelar o futuro sobre elas e estão plenamente conscientes de seu caráter aberto. Como referências e exemplo da situação exploradora que se tem desenvolvido toma-se o modelo da antiga formação social, destinada a desaparecer inevitavelmente com o desenvolvimento social. Entretanto, não se esboça um novo esquema da sociedade sobre os alicerces do passado.

Doutrina Social de princípios gerais?

A inexistência de um projeto definido na crítica profética, significaria uma escapatória para o campo de orientações genéricas? Foi intenção dos profetas a elaboração de uma espécie de doutrina social religiosa, com toda a carga de abstrações que isto supõe?

Não há dúvida de que pretendam afirmar primariamente, certos princípios. Porém, vejamos como.

Os princípios podem supor tanto uma tensão com a prática, se estão formulados dialeticamente, como uma fuga da

mesma, se o são metafisicamente. Cremos que a posição profética é a primeira.

Oséias afirma, com dureza, que no país se perdeu a "hesed", isto é, nas relações sociais já não existe a mútua confiança e responsabilidade; que se perdeu a fidelidade e a veracidade no falar e no agir. Insiste que já não há "conhecimento de Deus", referindo-se ao fato de que o rei e os funcionários não conduzem o povo conforme a vontade de Javé (Os 4.1-3; 8.4). Jeremias exige dos representantes do povo a prática do "mishpat" e do "tsedaqá" (Jer. 21.11-22.4). Daí lançar em cara a Joaquim sua pretensão em rivalizar com os antecessores na construção de suntuosos palácios, quando deveria procurar superá-los na prática da justiça e do direito, pois conhecer a Javé quer dizer atender aos pobres e explorados em seus direitos (Jr. 22.13-17).

Em toda crítica profética se exige da sociedade que transpareça a vontade de Javé, baseando sua ação na "mishpat" de Javé, manifestando-se no estabelecimento de relações sociais justas "tsedaqá". Justiça e direito são, pois os princípios que norteiam o ataque e a crítica à sociedade estabelecida.

Todavia, justiça e direito são duas palavras vazias. E se tornam uma abstração maior ainda se juntarmos a exigência de que se baseiam na vontade de Javé. Com esta carga toda não se pode ir muito longe, já que deixa sem resposta o "que fazer" concreto, a prática social correta.

Como superar esta dificuldade?

Os profetas o intentaram com a ajuda de uma série de exemplos, retirando-os da história social que conheciam e que estava à sua disposição e lhes era compreensível. Por isso, não é de se estranhar o fato de que se sirvam de modelos da ordem

social antiga que, por contraste, parecia-lhes mais justa. O Israel dos tempos dos reis se caracterizava pela contradição entre a antiga formação social, com predomínio dos pequenos camponeses, e começo das formas mercantis desenvolvidas nas cidades. Era lógico parecer aos profetas que a primeira ordem social tinha a ver mais com o direito e a justiça que a segunda. Entretanto a comparação é somente um tema secundário, sendo que se coloca em primeiro plano a exigência da justiça e do direito. Em conclusão — esta tensão entre a insuficiência e a necessidade de princípios, que devem servir de base, e a insuficiência e a necessidade das realizações históricas concretas com as quais pretenderam dar conteúdo aos princípios, nos mostraria toda a dialética de sua crítica social.

Nos escritos proféticos se torna claro que não se pode falar de justiça e direito no abstrato, e se reconhece que não falaram assim, mesmo quando não puderam se livrar de determinadas representações mentais, às quais somente davam valor como ponto de partida na análise histórica e sócio-econômica que se tinha de realizar.

Espiritualismo transcendente?

Até esta altura parece que com nossas perguntas temos esculpido os profetas e esboçado sua figura com nitidez. É conveniente, entretanto, que demos um salto e nos confrontemos com uma interpretação diametralmente oposta às conclusões que temos formulado. Vejamos:

A maior parte dos textos proféticos de conteúdo crítico-social se expressa literalmente no que se denomina "anúncios de juízo" ou forma de maldições. Isto nos indica que o motivo primeiro de sua pregação seria

o anúncio do inevitável e já decidido juízo de Javé. Quase todo o restante seriam divagações sem importância. Assim, por exemplo. "Amós se vê impellido por Javé a anunciar o fim do Estado de Israel como um fato inevitável e imediato, provocado pelo próprio Javé. Tudo o mais que compõe sua mensagem serve unicamente para provar a razão e a justiça deste futuro desolador." Esta conclusão de H. W. Wolff resume a tendência de muitos exegetas do Antigo Testamento, segundo os quais a missão dos profetas é anunciar o juízo de Deus, e sua crítica social pretenderia tão somente aclarar o porquê deste juízo destruidor.

Isto nos levaria a concluir que os profetas não esperavam nenhuma transformação social e nem mesmo teriam tal pretensão com sua mensagem, pois se assim não fosse seria um grande mal-entendido convertê-los em revolucionários políticos ou reformadores sociais. Mesmo onde pareceria haver algo sobre uma mudança social, manifestam eles a certeza de que tal não acontecerá mediante qual programa humano, mas somente através da ação de Javé com uma irrupção escatológica e definitiva. Só Deus pode criar o homem novo, a nova sociedade, novas relações. Para tanto é necessário que tudo passe antes pelo juízo condenatório.

Esta interpretação a muitos parecerá uma caricatura. E na verdade é, já que só poderia ser aceita, e com bastante esforço, se considerar-se supérflua e trivial toda a pregação social dos profetas. O que conseqüentemente será um abuso em vista da quantidade e qualidade dos textos que mediante esta ótica exegetica seriam considerados supérfluos. Um exemplo pode nos ajudar. Se um pároco se põe a pregar profeticamente e diz

"Queridos irmãos, o juízo de Deus, foi estabelecido sem apelações sobre vós. Em breve cairá sobre vós uma bomba atômica. Porém, consolai-vos: é justo que vos sobrevenha tal juízo", tal mensagem estaria de acordo com a interpretação dos exegetas há pouco mencionados. Porém, mais ainda teria que ser dito: "Visto que o juízo de Deus é inevitável, não vale a pena nos complicarmos com reformas sociais e coisas semelhantes. Lembrai que os profetas não o pretenderam". Se isto é certo, devemos perguntar por que, então, eles falaram, pois o inevitável juízo de Deus se teria igualmente realizado sem tal pregação. Por que a linguagem dura e cortante de Amós, segundo Wolff, deveria ferir os ouvidos, se tudo já estava decidido? Só para fazer conhecer a razão e a justiça do juízo de Javé?

Os defensores de tão desafortunada interpretação afirmam que com ela se liberta a palavra profética de desfigurações antropológicas, ou do que em termos pastorais costuma-se chamar "temporalismos". Costuma-se empregar este argumento com tal freqüência, e com maior ambigüidade, sem dar-se conta de que se comete, de saída, uma clara violência com os textos e uma desfiguração teológica ainda mais perigosa. De qualquer maneira, é preferível cair-se no perigo da desfiguração antropológica na interpretação das palavras proféticas, em lugar de se refugiar na fácil solução de esvaziar seu conteúdo.

Em resumo, temos de afirmar que, ainda que a palavra profética se expresse na forma literária de juízo e condenação, sempre arrasta consigo muitos textos de conselhos e advertências. Com tais textos os profetas pretendiam, sem dúvida alguma, a realização de mudanças sociais concretas.

PROFETAS

Dietrich Bonhoeffer

— pastor e teólogo alemão executado pela Gestapo a 9 de abril de 1945, na prisão de Flossenbuerg, por seu envolvimento numa conspiração contra o regime nazista.

● A Igreja só é Igreja quando existe para outros. Para fazer um início, deve entregar todo o seu patrimônio aos necessitados. Os ministros devem viver exclusivamente dos donativos voluntários da comunidade, talvez tenham que exercer qualquer profissão profana. A Igreja deve participar das tarefas profanas da vida na coletividade humana, não como quem governa, mas como quem ajuda e serve. Ela deve dizer aos homens de todas as profissões o que representa uma vida em Cristo, o que significa existir para outros. A Igreja, particularmente, terá que opor-se aos vícios da hibris, da idolatria, da força, da inveja e do ilusionismo como raízes de todos os males.

● “Cristãos permanecem com Deus na paixão”, é o que distingue cristãos de pagãos. “Não podeis vigiar comigo uma hora ao menos”? é o que Cristo pergunta em Getsemane. Eis a inversão de tudo que o homem religioso espera de Deus. O homem é convocado para sofrer a paixão de Deus no mundo sem Deus.

● Portanto, ele tem de viver no mundo sem Deus e não pode fazer a tentativa de encobrir este estado sem Deus de algum modo religiosamente, querendo até glorificá-lo; ele terá que viver “mundanamente” e participar assim do sofrimento de Deus: ele pode viver “mundanamente”, isto é, que está livre de res-

trições religiosas falsas e de complexos artificiais. Ser cristão não significa ser religioso em uma determinada direção sob a pressão de qualquer metódica tornar-se algo (pecador, penitente ou santo), mas, ao contrário, ser cristão é ser homem. Não apenas um certo tipo de homem, mas o homem que Cristo cria em nós. Não é que o ato religioso produz o homem mas sim a participação no padecimento de Deus na vida do mundo.

● Onde então se reserva lugar para Deus? Assim perguntam mentalidades medrosas e, porque não sabem nenhuma resposta, condenam todo o desenvolvimento, que os lançou nessa situação angustiada. Acerca das muitas saídas de emergência do espaço que se tornou apertado, já te escrevi. Teria de acrescentar apenas o salto mortal de volta para a Idade Média. O princípio da Idade Média, todavia, é a heteronomia na forma do clericalismo. Tal retorno, porém, só pode ser um passo desesperador, que apenas se comprará com o sacrifício da honestidade intelectual. É um sonho segundo a melodia: “Oh, se soubesse o caminho de volta para o “país infantil”. Este caminho não existe — ao menos não pela desistência arbitrária de honestidade interior. mas só no sentido de S. Mat. 18.3, isto é, por arrependimento, o que significa, pela última honesti-

dade. E nós não podemos ser honestos sem que reconheçamos que devemos saber viver no mundo — etsi deus non daretur. E, reconheceremos exatamente isto — diante de Deus. Deus mesmo nos obriga a esta compreensão. Assim sendo, o tornarmos-nos emancipados nos conduz ao verdadeiro reconhecimento de nossa situação diante de Deus. Deus nos faz saber que devemos viver como aqueles que se arranjam na vida sem Deus. O Deus que está conosco é o Deus que nos abandona (Marcos 15, 34). O Deus que nos deixa viver no mundo, sem a hipótese do trabalho de Deus, é o Deus diante do qual permanentemente temos de estar. Diante de Deus e com Deus, vivemos sem Deus. Deus permite que seja expulso do mundo até a cruz. Deus é imbotente e fraco no mundo e exatamente assim Ele está ao nosso lado e nos ajuda. Conforme Mt 8.17 fica bem claro que Cristo não ajuda graças à Sua onipotência, mas graças à Sua fraqueza e ao Seu sofrimento.

● Aqui está a decisiva diferença em relação às demais religiões. A religiosidade do homem leva-o em sua necessidade a apelar para o poder de Deus no mundo, Deus é assim o deus ex machina. A Bíblia conduz o homem para a impotência de Deus e o seu sofrimento; somente o Deus sofredor pode ajudar. Desta maneira, podemos dizer que a referida evolução até a emancipação do mundo, com a qual se acaba uma idéia falsa de Deus, liberta o olhar para o Deus da Bíblia, que pela sua impotência no mundo ganha poder e espaço. Aqui, evidentemente, deve iniciar-se a “interpretação profana”.

● Isto quer dizer, segundo minha opinião, de um lado falar metafisicamente e do outro, de modo individualista. Ambas as

maneiras não atingem nem a mensagem bíblica nem o homem moderno. Não é que o problema individualista pela salvação pessoal da alma quase que totalmente desapareceu? Não devemos hoje ter a impressão de que há problemas bem mais importantes do que este — (talvez não como assunto, mas sim como problema)? Sei muito bem que soa monstruoso afirmar tal coisa. Mas não é também, no fundo bíblico? Há mesmo no V. T. o problema pela salvação da alma? Não são justamente a justiça e o Reino de Deus na terra o centro de tudo? E não é igualmente em Romanos 3:24ss a meta do pensamento que Deus é exclusivamente justo, sem qualquer doutrina de salvação? A importância está, não no além, mas neste mundo, como foi criado, conservado, estabelecido sob leis, reconciliado e restaurado. O que há para além deste mundo existe no Evangelho em função deste mundo. Não o interpreto no sentido antropocêntrico da teologia liberal, mística, pietista e ética, mas no sentido bíblico da Criação e Encarnação, Crucificação e Ressurreição de Jesus Cristo.

● Os religiosos falam de Deus quando o conhecimento humano (às vezes também só por preguiça mental) tiver chegado ao fim ou quando as forças humanas estiverem por fracassar. Geralmente é o deus ex machina que eles mandam apresentar-se, ou para dar uma aparência de solução de problemas insolúveis, ou como força no fracasso humano, sempre, pois, na exploração da fraqueza humana, por assim dizer, nos limites humanos. Isto dura somente até que os homens, mediante os próprios recursos, desloquem os limites mais para a frente e desta forma Deus como deus ex machina se torne

dispensável. Tornou-se-me muito duvidosa a conversa acerca dos limites humanos. (Serão mesmo a morte, já que os homens não mais a temem, e o pecado, que os homens já não mais entendem, limites reais hoje? Parece-me sempre que assim apenas tentamos economizar ansiosamente espaço para Deus. Mas eu não queria falar de Deus nos limites, na fronteira, mas no centro; não nas fraquezas, mas na força, não portanto, em combinação com a culpa, mas ao lado da vida e do bem do homem. Junto à fronteira parece-me ser mais indicado calarmos e deixarmos o insolúvel sem solução. A fé na ressurreição não é a "solução" do problema da morte. O "além" de Deus não é o além de nossa possibilidade de reconhecimento. A transcendência teórica do conhecimento nada tem a ver com a transcendência de Deus. Deus permanece do lado do além quando se encontra no centro de nossa vida. O lugar da Igreja não é onde as possibilidades falham, nos limites, mas sim no centro do povoado. Assim é que nos fala o V.T. e neste sentido ainda lemos muito pouco o N.T. com vistas ao Velho Testamento.

● Um problema que não chega a uma solução dentro de mim é a questão do que é o cristianismo ou também quem é Cristo hoje para nós, verdadeiramente. O tempo em que se podia dizer tudo ao homem com simples palavras — quer sejam teológicas ou piedosas — já passou. Assim também já passou o tempo da interioridade e da consciência, o que podemos resumir nas palavras, passou o tempo mesmo da religião. Nós marchamos para uma época sem religião alguma.

● Eu tenho a firme convicção de que até esta carta chegar às tuas mãos devem dar-se

grandes decisões em todas as frentes. Nessas semanas teremos de estar muito firmes interiormente e só desejo que tu o consigas. Temos de concentrar nossos pensamentos para que não nos assustemos com coisa alguma. Em vista do que há de vir, estou até inclinado a citar o bíblico... e sinto algo da "curiosidade" dos anjos, mencionada em 1 Pedro 1.12, assim como Deus dá início agora a solucionar o insolúvel. Acredito que chegou a hora em que Deus sai a campo para realizar alguma coisa que nós, apesar de toda a nossa participação externa e interna, só podemos aceitar e compreender com grande estupefação e reverência. De alguma forma há de se tornar visível — para aquele que ainda souber enxergar — que o Salmo 59 e Salmo 9.20 são verdadeiros. Também teremos de nos repetir a nós mesmos diariamente o Jeremias 45.5.

● Ontem ouvi alguém aqui dizer que os últimos anos foram para ele anos perdidos. Sinto-me aliviado por não ter tido esta sensação ainda em momento algum. Tampouco me arrependi de minha decisão no verão de 1939; ao contrário, estou seguro na idéia de que minha vida — mesmo que isto soe estranho — decorreu em linha reta e sem quebra alguma, pelo menos no que diz respeito à direção que minha vida sofreu de fora. Foi um constante enriquecimento de minhas experiências, pelo que sou imensamente grato. Se o meu estado atual fosse o encerramento de minha vida, teria já um sentido que eu poderia compreender perfeitamente. Por outro lado, tudo também poderia valer por uma radical preparação para um novo começo, o qual... pela paz seria chamado uma nova tarefa...

● Um dia há de chegar em que os homens novamente serão

chamados a proferir a Palavra de Deus, de tal maneira, que o mundo, sob sua influência, se transforme e renove. Será uma linguagem nova, talvez completamente a-religiosa, mas será uma linguagem libertadora e redentora como a fala de Jesus. Então os homens hão de se espantar com ela, mas mesmo assim serão dominados por seu poder. Será a linguagem de uma nova justiça e verdade, a linguagem que anuncia a paz de Deus com os homens e a proximidade de seu Reino. "Espantar-se-ão e tremerão por causa de todo o bem e por causa de toda a paz que eu lhe dou" (Jer. 33.9). Até então a causa dos cristãos será uma causa muito silenciosa e oculta; mas haverá homens que oram e praticam o que é justo e esperam pelo dia de Deus.

● ...só quando se tiver conhecido a impossibilidade de pronunciar o nome de Deus será viável pronunciar-se alguma vez o nome de Cristo. Somente quando se tiver chegado a amar a vida e a terra de tal maneira que pareça estar tudo perdido com o seu fim, é que se poderá crer na ressurreição dos mortos

e num novo mundo. Somente depois de ter aprendido a aplicar a lei de Deus para si mesmo, pode-se falar alguma vez de graça e, somente quando a ira e a vingança de Deus sobre os seus inimigos forem aceitos como reais, poderão, perdão e amor aos inimigos, atingir o nosso coração.

● Será possível que já houve na História homens que no presente tiveram tão pouco chão debaixo dos pés — aos quais todas as alternativas do presente existentes ao alcance do possível pareciam igualmente insuportáveis, hostis à vida, sem sentido algum — homens que procuraram a fonte de suas energias tão além das presentes alternativas, somente no passado e no futuro, homens que contudo, sem serem utopistas, podiam esperar com tanta segurança e calma, o êxito de sua causa — como nós? Ou antes: Será que os responsáveis de uma geração diante de uma transformação histórica decisiva sentiam diferentemente do que nós hoje — justamente porque se estava criando algo de bem novo que não se enquadrava dentro das alternativas do presente?

J o ã o X X I I I

● Julgamos, pois, dever nosso afirmar uma vez mais que a retribuição do trabalho, assim como não pode ser inteiramente abandonada às leis do mercado, também não pode fixar-se arbitrariamente; há de estabelecer-se segundo a justiça e a equidade. É necessário que aos trabalhadores se dê um salário que lhes proporcione um nível de vida verdadeiramente humano e lhes permita enfrentar com dignidade as responsabilidades familiares. É preciso

igualmente que, ao determinar-se a retribuição, se tenham em conta o concurso efetivo dos trabalhadores para a produção, as condições econômicas das empresas e as exigências do bem comum nacional. Considerem-se de modo especial as repercussões sobre o emprego global das forças de trabalho dentro do País inteiro, e ainda as tência, ao desenvolvimento, a disporem dos recursos necessários para o mesmo, e a desempenharem o papel preponde-

exigências do bem comum universal, isto é, as que dizem respeito às comunidades internacionais de natureza e extensão diversas. (Mater et Magistra, 68).

● Uma das contradições que mais perturbam e atormentam a nossa época — notamo-lo com tristeza — é a seguinte: Enquanto, por um lado, vão aumentando as situações de mal-estar, e ameaça o espectro da miséria e da fome; por outro, utilizam-se muitas vezes em grande escala, as descobertas da ciência, as realizações da técnica e os recursos econômicos, para criar terríveis instrumentos de ruína e morte. (Mater et Magistra, 195).

● A falta de confiança mútua explica-se como o fato de os homens, sobretudo os mais responsáveis, se inspirarem, no desenvolvimento da sua atividade, em concepções da vida diferentes ou radicalmente contrárias entre si. Algumas, infelizmente, não reconhecem a existência da ordem moral: ordem transcendente, universal e absoluta, de igual valor para todos. Deste modo, impossibilitam-se o contato e o entendimento pleno e confiado, à luz duma mesma lei de justiça, por todos admitida e observada. Verdade é que os termos “justiça” e “exigências de justiça” continuam a andar na boca de todos. Mas têm significações diversas ou opostas para uns e para outros. (Mater et Magistra, 202).

● Contrasta clamorosamente, com essa perfeita ordem universal a desordem que reina entre indivíduos e povos, como se as suas mútuas relações não pudessem ser reguladas senão pela força. (Pacem in Terris, 4).

● Os Estados têm direito à existência na sua realização. Os Estados têm igualmente o direito

ao bom-nome e à devida estima. Simultaneamente, pois, incumbe aos Estados o dever de respeitar eficazmente cada um destes direitos, e de evitar todo e qualquer ato que os possa violar. Assim como nas relações individuais não podem as pessoas ir ao encontro dos próprios interesses com prejuízo dos outros, do mesmo modo não pode uma nação, sem incorrer em grave delito, procurar o próprio desenvolvimento tratando injustamente ou oprimindo as outras. Cabe aqui a frase de S. Agostinho: “Esquecida a justiça, a que se reduzem os reinos senão a grandes latrocínios?” (Pacem in Terris, 92).

● Acrescente-se que as relações mútuas entre as comunidades políticas se devem reger pelo critério da liberdade. Isto quer dizer que nenhuma nação tem o direito de exercer qualquer expressão injusta sobre outras, nem de interferir indevidamente nos seus negócios. Todas, pelo contrário, devem contribuir para desenvolver nas outras o senso de responsabilidade, o espírito de iniciativa, e o empenho em tornar-se protagonistas do próprio desenvolvimento em todos os campos. (Pacem in Terris, 120).

● A todos os homens de boa vontade incumbe a imensa tarefa de restaurar as relações de convivência humana na base da verdade, justiça, amor e liberdade: as relações das pessoas entre si, as relações das pessoas com as suas respectivas comunidades políticas, e as dessas comunidades entre si, bem como o relacionamento de pessoas, famílias, organismos intermédios e comunidades políticas com a comunidade mundial. A tarefa nobilíssima, qual a de realizar verdadeira paz, segundo a ordem estabelecida por Deus. (Pacem in Terris, 163).

Martim Luter King Jr.

CARTA A COLEGAS DE BOM SENSO

● Eu estou aqui, juntamente das coisas, estou em Birmingham, porque fui convidado. Estou aqui porque nossa organização mantém ligações no local. No entanto, indo mais ao fundo das coisas, estou em Birmingham porque aqui existe uma injustiça. Assim como os profetas do século VIII antes de Cristo deixavam suas cidades e levavam para longe seu "Tudo pelo Senhor", assim como o apóstolo Paulo deixava a cidade de Tarso e levava o Evangelho de Jesus Cristo aos locais mais afastados do mundo greco-romano, também eu me sinto induzido a levar o Evangelho da liberdade para além da cidade em que resido, ainda mais, tenho consciência das relações que existem entre as comunidades e nações. Não posso ficar tranqüilamente sentado em Atlanta sem me preocupar com o que se passa em Birmingham. Onde quer que sobrevenha, a injustiça é uma ameaça de todos os lugares. Nós estamos enredados num conjunto iniludível de responsabilidade mútua, encerrados no bloco de um mesmo destino.

● É lamentável, mas se pode constatar historicamente que os grupos privilegiados raramente abandonam, por sua própria vontade, seus privilégios. As pessoas em si podem ver a luz da moral e abandonar voluntariamente uma situação injusta; mas, como Reinhold Niebuhr já nos lembrou, os grupos tendem a ser imorais, mais do que as

pessoas. Dolcrosas experiências nos ensinaram que a liberdade jamais é concedida voluntariamente pelo opressor; ela tem que ser exigida pelo oprimido. Francamente, ainda estou por encontrar a campanha de ação direta que seja vista como "oportuna" aos olhos daqueles que não sofrem a segregação. Durante anos a fio ouvi a expressão: "Esperem!" Ela soa aos ouvidos de todo negro com uma frequência lancinante. Este "esperem" quase sempre significou "nunca". Como um de nossos eminentes juristas disse certa vez: "Justiça muito retardada, justiça renegada".

● Os senhores demonstram grande ansiedade com relação a nossa vontade de destruir as leis. Mas queiram notar que pedimos insistentemente às pescas que obedecessem à decisão de 1954 do Supremo Tribunal declarando ilegal a segregação nas escolas públicas. Parece, pois, bastante paradoxal que desobedeçamos conscientemente às leis. Cabe então a pergunta: "Como podem vocês desobedecer a certas leis e obedecer a outras?" A resposta está no fato de que há duas espécies de leis: a justa e a injusta. Eu julgo, como Santo Agostinho, que "uma lei injusta não é em absoluto uma lei". Mas, então, qual é a diferença? Como se pode determinar se uma lei é justa ou injusta? Uma lei justa é uma ordem estabelecida pelo homem em conformidade com a lei moral ou a lei de Deus.

Uma lei injusta, para falar como Santo Tomás, é uma lei humana que não se enraíza na lei eterna e na lei natural. Toda lei que eleva a pessoa humana é justa. Toda lei que degrada a pessoa humana é injusta. Todo estatuto de segregação é injusto porque a segregação fere a alma e rebaixa a pessoa. A segregação, empregando a terminologia do filósofo judeu Martin Buber, põe a relação "eu-isto" em lugar da relação "eu-tu" e termina por relegar as pessoas à categoria de coisas. Portanto, a segregação não é apenas política, econômica e socialmente doentia, mas também um pecado. Paul Tillich já disse que "o pecado é a separação". Não é a segregação a expressão essencial da trágica separação do homem, de sua terrível alienação, de sua penosa culpabilidade? É por isso que eu posso induzir as pessoas a desobedecer às ordens de segregação, pois tais ordens são moralmente más.

● Mas, se, de início, fiquei desapontado por me ver catalogado como extremista, ao continuar a pensar no assunto, encontrei progressivamente alguma satisfação com o rótulo. Pois não era Jesus um extremista pelo amor? "Amai a vossos inimigos, bendizei a todos aqueles que vos maldizem, fazei o bem àqueles que vos odeiam, e orai por aqueles que vos desprezam e vos perseguem". Não era Amós um extremista pela justiça? "Deixai a justiça correr como as águas e a retidão como um rio inesgotável". Não era Paulo um extremista pelo Evangelho de Cristo? "Eu trago em meu corpo as marcas do Senhor Jesus". Não era Martinho Lutero um extremista? "Aqui estou; não posso fazer nenhuma outra coisa; portanto, que Deus venha em meu auxílio!" E John Bunyan? "Prefiro ficar

numa prisão o resto de meus dias do que fazer uma carnificina com minha própria consciência". E Abraham Lincoln? "Esta nação não pode sobreviver sendo metade escrava e metade livre". E Thomas Jefferson? "Nós consideramos como evidentes estas verdades; que todos os homens foram criados iguais..." Assim, a questão não é: seremos nós extremistas?, mas sim, que tipo de extremistas somos nós? Seremos extremistas pelo ódio ou pelo amor? Seremos extremistas pela conservação da injustiça ou pela extensão da justiça? Talvez os estados do Sul, a Nação e o mundo tenham uma necessidade trágica de extremistas criadores.

● Gostaria de registrar igualmente outra de minhas grandes decepções. Embora tenha havido algumas exceções notáveis, eu me decepcionei com a Igreja branca e seus chefes. Não digo isto como uma dessas críticas negativas que acham sempre o que dizer de mal sobre a Igreja. Digo isto como ministro do Evangelho que ama a Igreja: que se nutriu em seu seio, que se sustentou com suas bênçãos espirituais e que a ela se manterá fiel por tanto tempo quanto durar sua vida. Quando eu me vi de repente lançado na posição de chefe do protesto dos ônibus em Montgomery, há alguns anos, pensei que seríamos ajudados pela Igreja do Sul, estaríamos entre nossos melhores aliados. Alguns se mostraram adversários declarados, recusando-se a compreender o movimento de libertação e desacreditando seus chefes; outros, em número bastante grande, foram mais prudentes do que corajosos e permaneceram em silêncio e em segurança atrás de suas janelas com vidros coloridos. Apesar de defeitos esses sonhos, eu vim a Birmingham

com a esperança de que os chefes religiosos brancos desta comunidade vissem a justiça de nossa causa e, por um profundo cuidado moral, servissem de ponte para que nossas lamentações pudessem chegar às autoridades. Mas, desta vez ainda, fui enganado. Ouvi numerosos chefes religiosos do Sul pregarem a seus fiéis para obedecer às decisões de integração porque isto era a lei: mas eu gostaria de ter ouvido os pastores brancos declararem: "Obedecei àquele decreto porque a integração é moralmente boa e porque o negro é vosso irmão". Diante de injustiças flagrantes infligidas aos negros, vi clérigos brancos manterem-se de lado e murmurarem piedosas palavras fora de propósito ou trivialidades hipócritas... Em meio a um combate tremendo para livrar nossa pátria da injustiça social e econômica, tenho ouvido numerosos pastores dizerem: "Estas são questões sociais com as quais o Evangelho nada tem a ver de fato", e tenho observado numerosas Igrejas se atarem a uma religião do outro mundo que faz uma estranha e não bíblica distinção entre corpo e alma, entre o sagrado e o profano. Caminhamos para o fim do século XX com uma comunidade totalmente adaptada ao statu quo, incêndio vermelho atrás das outras comunidades em voz de farol que mostra ao homem os mais altos graus da justiça. Cruzei em várias direções o Alabama, o Mississipe e os demais estados do Sul. Nos dias escaldantes do verão ou nas manhãs frescas do outono, olhei as belas igrejas do Sul, suas altas torres apontado para o céu, imponentes construções para educação religiosa. Uma vez e sempre me perguntei: "Que tipos de pessoas adoram aqui? Quem será seu Deus? Onde estavam suas vozes quan-

do dos lábios do governador Wallace soava o clarim do desafio e do ódio? Onde estavam suas vozes de encorajamento quando os negros, homens e mulheres, semimortos de cansaço decidiram elevar-se dos labirintos da aceitação às brilhantes alturas do protesto criador? Sim, estas perguntas ainda estão em minha mente. Profundamente decepcionado, eu chorei sobre a fraqueza da Igreja. Mas, tenham certeza, minhas lágrimas foram lágrimas de amor. Não pode haver uma decepção profunda senão onde há um profundo amor. Sim, eu amo a Igreja. Como poderia ser de outro modo? Eu sou filho, neto e bisneto de pregadores. Sim, veio a igreja como o corpo de Cristo. Mas, oh, quantas marcas a fogo e quantas feridas já não deixamos sobre este corpo pela negligência social e pelo medo de não agir como todo o mundo! A Igreja contemporânea, com demasiada freqüência, é um^o voz fraca, sem eficácia, emitida em tom incerto. Com freqüência é ela defensora do statu quo. Longe de se perturbar com a presença da Igreja, a autoridade da comunidade média é reforçada pela aprovação silenciosa — quando não explícita — das coisas como estão. Mas o julgamento de Deus está sobre a Igreja como nunca o esteve antes. Se a Igreja de hoje não reconquistar o espírito de sacrifício da Igreja primitiva, ela perderá sua autenticidade, ela perderá a fidelidade de milhões de homens e será rejeitada como um clube mudano inútil e sem significação para o século XX.

(trechos da carta de M. L. King Jr., escrita da prisão de Birmingham aos pastores da cidade que se declararam contra as manifestações lideradas pelo pastor batista contra a opressão sofrida pelos negros americanos).

Missão Profética da

Igreja Hoje...

PESCADOR

"Ai dos que são sábios a seus próprios olhos, e prudentes em seu próprio conceito! Ai dos que são heróis para beber vinho, e valentes para misturar bebida forte; os quais por suborno justificam o perverso, e ao justo negam justiça!" (Is. 5.21-23)

Com 60 anos, 50 dos quais dedicados ao mar, Joaquim Mendonça, de Itapiçuma, é o espelho da situação da maioria dos pescadores no Nordeste: sem gozar os benefícios do INPS e do Prorural, vive atualmente de "consertar tarrafas, para não morrer de fome, porque a dor-mência nos braços e nas pernas não permite trabalhar pesado"

Vinte e cinco mil pescadores autônomos da região correm os mesmos riscos de Joaquim. O amparo do Prorural — do qual o Funrural é o órgão executor — é relativo, segundo Odílio Alves da Silva, de Olinda, principalmente porque a aposentadoria só é concedida aos 65 anos de idade ou por invalidez total, "embora aos 50 já não temos condições de pescar".

"Eu, por exemplo, aos 60 anos, já estive internado duas vezes. Os remédios que o médico do posto de Itapiçuma rassou não me curaram. A minha saúde não me permite pescar. Estou velho e cansado. Por isso é que conserto essas redes a Cr\$ 7 00 para ter, pelo menos, o que comer" — afirma Joaquim Mendonça.

(JB — 26/8/74)

DESNUTRIÇÃO

"Levanta-te, clama de noite no princípio das vigílias; derrama teu coração como água perante o Senhor; levanta a ele as tuas mãos, pela vida de teus filhinhos, que desfalecem de fome à entrada de todas as ruas."

(Lm 2.19)

A desnutrição atinge 70% das crianças brasileiras entre dois e seis anos, trazendo conseqüências como altos índices de doença, além de uma limitação intelectual e física irreversível.

O problema está sendo estudado pelo Ministério da Educação e Cultura, que criou um grupo de trabalho para analisar e procurar resolver a situação.

Segundo o cientista pernambucano Néelson Chaves, no Nordeste a situação é extremamente dramática. Metade das crianças da região morrem antes de completar o quinto aniversário.

— O desmame precoce, a desnutrição e a falta de possibilidades de aprender trazem para a maioria das crianças brasileiras uma conseqüência trágica: uma condenação irreversível à marginalidade — disse o Dr. Néelson Chaves.

Consultor científico da UFRJ e professor de Fisiologia da Universidade Federal de Pernambuco, o Dr. Néelson Chaves pretende iniciar em setembro, no Rio, um plano piloto para assistir crianças de dois a seis anos, fornecendo alimentação e assistência educacional e psicológica.

Afirmando que a faixa das crianças entre dois e seis anos é extremamente marginalizada, o Dr. Néelson Chaves acrescenta que acredita numa solução para o problema por notar um empenho cada vez maior das autoridades em solucioná-lo.

"Mas essa solução só virá se houver uma coordenação entre vários Ministérios, como o da Saúde e o da Educação, e outros órgãos, como as Secretarias de Saúde, as Fundações de Bem-estar do Menor para prestarem uma assistência materno-infantil efetiva".

Referindo-se ao desmame precoce, o Dr. Néelson Chaves afirmou que é consequência em grande parte do "stress" da vida das grandes cidades ou da desnutrição e citou, entre as consequências para a criança, o possível aparecimento de distúr-

bios posteriores da afetividade e da conduta.

"Nós fizemos uma pesquisa no sertão em Afogados e constatamos surpresas que naquela comunidade o desmame era muito tardio, ocorrendo por volta dos quatro anos, e havia até casos extremos de crianças que desmamaram aos 11 anos".

Curiosamente, segundo o pesquisador, a alimentação do sertanejo no Nordeste é boa, já que toma leite e carne, coalhada, manteiga de garrafa, carne-de-sol, milho, rapadura e frutas. É geralmente um homem seco e relativamente saudável, já que a incidência de verminoses como a esquistossomose é muito baixa na região.

Ao contrário na Zona da Mata, base da economia açucareira do Nordeste, as condições de vida são muito mais difíceis, a desnutrição é intensa e as verminoses atingem grande parte da população. A responsabilidade, para o Dr. Néelson Chaves, recai sobre a monocultura do açúcar e a injusta situação sócio-econômica que predomina na região.

(JR — 31/8/74)

CONTRADIÇÕES

"Que nossos filhos sejam, na sua mocidade, como plantas viçosas, e nossas filhas como pedras angulares, lavradas como colunas de palácio; que transbordem os nossos celeiros, atulhados de toda a sorte de provisões... Não haja gritos de lamento em nossas praças."
(SI 144.12, 13a, 14c)

A transformação de São Paulo, nos últimos três meses, em maior foco de meningite em todo o mundo (mais de 600 óbitos e sete mil casos da doença), longe de representar um fenômeno isolado na saúde pública, é — na opinião dos especialistas — um indicador expressivo das condições de saúde que integram o dia-a-dia da população do Estado mais rico do país. São Paulo só dedica, atualmente 3,3% do seu orçamento global à saúde. Ao lado de um crescimento demográfico de 4% ao

ano e um crescimento econômico de 9%, coloca-se, assim, a sombria realidade do nível sanitário estadual, praticamente imutável nos últimos 14 anos: 9,29 óbitos por mil habitantes em 1960 contra nove óbitos em 1974.

Má nutrição, promiscuidade, falta de saneamento básico, elevada taxa de migrações, falta de recursos hospitalares e assistenciais — eis os principais personagens do drama que São Paulo tem vivido na área da saúde pública.

Esse drama tem aspectos paradoxais. Ao mesmo tempo em que se calcula que em 1975 morrerão 50 mil crianças paulistas antes de poder atingir os quatro anos de idade, devido aos fatores acima mencionados, São Paulo dispõe também de organizações como os Institutos Adolfo Lutz, Butantã, Pasteur ou o Instituto de Cardiologia, que se destacam em todo o país como grandes centros de pesquisa.

Como explicar esse contraste?

— Os responsáveis pelas condições sanitárias de São Paulo — dizia em 1969 o ex-Ministro da Saúde, Mário Machado de Lemos — são unânimes em afirmar que o maior problema da Secretaria de Saúde não é o de recursos, e sim o de aplicação adequada dos mesmos.

Pouco mudou nos cinco anos decorridos desde então. “Não dispomos de processos administrativos eficientes que nos permitam gastar bem, isto é, produzir o máximo com o mínimo de recursos no menor espaço de tempo possível”, diz o atual Secretário de Saúde, Getúlio Lima Júnior. “Em vez disso, estamos produzindo o mínimo em

grandes espaços de tempo e com o máximo de recursos”.

Ainda em 1969, ilustrando as condições precárias da saúde dos paulistas, o ex-Ministro Machado de Lemos dizia que “com as crianças que morrem anualmente em São Paulo antes de completarem um ano de vida, seria possível alinhar uma fileira de sepulturas de São Paulo (Capital) a São Vicente (a 60 km), com espaço de um metro entre os túmulos. Se idêntica mortalidade atingisse os bezerros, a pecuária seria fatalmente levada à falência”.

O sanitarista referia-se às 34.872 crianças menores de 12 meses que morreram em São Paulo em 1962, “das quais a metade em decorrência de causas perfeitamente evitáveis, com perspectivas de salvamento de alguns milhares de vidas se fossem utilizados adequadamente os recursos disponíveis”.

Doze anos depois, a esperança de vida dos que nascem em São Paulo parece ter diminuído, em vez de aumentar. No decênio 1960/70, por exemplo, o índice de mortalidade infantil no Estado mais rico da Federação, para crianças de menos de um ano, era de 77,17 em mil. Hoje, esse índice já chega a 83,64.

Por outro lado, entre 1960 e 1968, os índices de mortalidade infantil foram sempre mais elevados no interior do que na capital (69,90 contra 82,27%); mas a partir de 1968, esta situação se inverteu. Em apenas 10 anos, o índice de mortalidade infantil na Capital paulista elevou-se de 62,94 por mil, para os menores de um ano, a 88,28 por mil em 1970.

— Esse coeficiente indica com bastante correção não apenas o nível de saúde como o próprio índice sócio-econômico de uma

população — afirmam os especialistas Vicente Monetti e João Yunes — e revela a deteriorização desses índices em São Paulo, o que pode ser comprovado pela

queda do salário mínimo real durante o mesmo período (de um índice de 0,26 em 1960 para 0,16 em 1970).

(JB — 1/9/74)

BÓIAS - FRIAS

“Eis que o salário dos trabalhadores que ceifaram os vossos campos, e que por vós foi retido com fraude, está clamando; e os clamores dos ceifeiros penetraram até aos ouvidos do Senhor dos exércitos. Tendes vivido regaladamente sobre a terra. Tendes vivido nos prazeres. Tendes engordado os vossos corações, em dia de matança. Tendes condenado e matado o justo, sem que ele vos faça resistência.” (Tg 5.4-6)

Na noite de sexta-feira, dia 7 de dezembro, 60 pessoas — enure homens, mulheres e crianças — seguiam-se como podiam sobre a carroceria do caminhão que as conduzia de volta para casa, depois de uma semana de trabalho nos canaviais queimados da zona da mata de Pernambuco. Num trecho reto da estrada, correndo muito, o caminhão tentou ultrapassar um outro carregado de ferro, e encontrou pela frente, um terceiro, carregado de gasolina. Manobras desesperadas não evitaram a colisão interna. Os corpos ficaram presos entre as ferragens retorcidas ou foram atirados a alguns metros de distância. Resultado: 11 mortos e 15 feridos graves.

Os trabalhadores tinham sido “emprestados” pelo proprietário do Engenho Brejo, Abelardo Carneiro Leão, ao seu cunhado, dono do Engenho Jereba, Luis Alvinho Soares. Eles foram re-

forçar outros lavradores nas tarefas de aproveitamento das 6 mil toneladas de cana incendiadas naquela área. Amaro Ferreira da Silva, que quebrou a perna sob o impacto de um pneu desgarrado pelo choque, levava no bolso 21 cruzeiros correspondentes a 3 toneladas de cana que havia cortado de segunda a sexta. Como ele, seus companheiros receberam pouco mais de 4 cruzeiros por 12 horas diárias de trabalho, cuja produção atingia em média 600 quilos de cana por dia (dividindo-se as 3 toneladas pelos cinco dias de trabalho), arrancados a foice.

No entanto, a verdade é que é proibido transportar pessoas em carrocerias descobertas. Uma infração punida pelo Código Nacional do Trânsito, mas ignorada por todo o interior brasileiro, onde o transporte de pessoas em caminhão transformou-se num hábito irreprimível. Este extravagante **transporte de massa** vem se institucionalizando na medida em que se amplia o contingente de trabalhadores residentes nas zonas urbanas e utilizados como mão-de-obra nas zonas rurais. São os chamados **bóias-frias** — favelados da cidade que levam para o campo sua comida em marmita e a comem fria — e que se amontoam na carroceria dos caminhões para serem transportados de onde moram até a lavoura onde trabalham.

Às quatro e meia da manhã as esquinas de inúmeras cidades do interior do Brasil ficam

riso de dentes quebrados. Já sob o intenso calor nordestino, sua indumentária se reduz a calça e camisa rotas, chapéu de palha com aba larga e um lenço sobrando no bolso.

Em menos de meia hora, os caminhões ficam cheios, cada um levando entre 40 a 60 pessoas, escolhidas entre os adultos mais fortes. As crianças, que não poderiam ficar sozinhas em casa, seguem juntas com os pais. Assim que chegam à fazenda, os bóias-frias começam a trabalhar, removendo a terra, capinando o mato, plantando, colhendo, peneirando os grãos ou enfeixando os talhos. Muitos preferem esvaziar a marmita antes do trabalho, embora seja esta a sua única refeição do dia. Quem guarda o almoço para mais tarde pode ter a desagradável surpresa de encontrá-lo azedo por causa do calor. A comida se resume em feijão com farinha de mandioca, e algum torresmo ou carne seca. Enquanto os pais trabalham, as crianças brincam nas redondezas, indiferentes aos insetos, formigas e vermes.

Quando escurece é hora de voltar. Mais uma vez os caminhões ficam cheios, sacolejando pelas estradas. Sempre velhos, eles não oferecem condições de segurança. Se quebram no meio do caminho, os trabalhadores voltam a pé ou esperam pelo conserto, que pode demorar muitas horas. Nesse caso, o bóia-fria chega em sua cidade quase na hora de ir para as esquinhas, onde será novamente recolhido. Quando acontece algum acidente, as vítimas deixam suas famílias em completo desamparo, porque quase nunca esses trabalhadores são registrados ou protegidos por algum seguro, embora ele seja obrigatório por lei.

cheias de bóias-frias, esperando os caminhões que vêm se encostar na calçada. Sob o inverno paulista, eles formam estranhas figuras, com lenços cobrindo boa parte do rosto, chapéus enterrados na cabeça e jornais forrando as botas de borracha. Envoltos por cobertores de lã ou encerados de lona, deixam de fora apenas o nariz ou um sor-

(OPINIÃO, 21/12/73)

INQUÉRITO

“Disse ainda o SENHOR: Certamente vi a aflição do meu povo, que está no Egito, e ouvi o seu clamor por causa dos seus exatores. Conheço-lhes o sofrimento, por isso desci a fim de livrá-lo... Pois o clamor dos filhos de Israel chegou até mim, e também a opressão com que os egípcios os estão oprimindo.”
(Êx 3.7,8a)

O delegado de Angra dos Reis, Sr. Mauricio Nascente de Freitas

não definiu ainda quando mandará para a Justiça o inquérito sobre a exploração de menores nas obras da Rio-Santos, “porque dependemos ainda de muitas perícias e laudos para a comprovação do regime de semi-escravatura”.

O policial disse que pretende levantar o número exato de trabalhadores, entre adultos e crianças, “espancados no canteiro de obras da Empreiteira Servadze, sob a responsabilidade do capataz Rogério Ananias de Carvalho, que continua detido na Delegacia”.

O inquérito, iniciado semana passada pela Delegacia de Angra dos Reis, foi baseado em denúncias dos próprios trabalhadores — 80% menores — que conseguiram fugir do acampamento da empresa, “e que acusam a empreiteira de manter os empregados em regime de maltrato, com 12 horas de serviço e sem direito a abrigo e alimentação condigna”.

Os trabalhadores, notadamente os menores, eram aliciados na cidade de Virgolândia, na Zona da Mata de Minas Gerais, com promessas de bons salários, alojamento e completa alimentação. Pelos depoimentos já tomados, segundo o delegado de Angra dos Reis, os operários eram espancados sob ameaças de armas, “caso denunciassem o que ali estava ocorrendo.”

Nas primeiras investigações

feitas pela polícia ficou constatado que a maioria dos trabalhadores sofria de desnutrição e outras doenças, como tuberculose. Um operário morreu: Renato Clementino dos Santos, de 21 anos.

O Delegado Maurício Nascente de Freitas anunciou que vai entrar em contato com autoridades do Ministério do Trabalho, a fim de enquadrar os acusados em crime de responsabilidade — além do capataz Rogério Ananias de Carvalho, foi citado também seu filho, Osmar de Carvalho.

O Juiz de Menores do Município, Sr. Hélio Tinoco, já determinou aos responsáveis pela empreiteira que providenciassem assistência médica, alimentação e meio de retorno dos menores às suas cidades de origem.

Aguinaldo Silva

(JB — 12/2/74)

OS EXPULSOS

“... e ela (Maria) deu à luz o seu filho primogênito, enfaixou-o e o deitou numa manjedoura porque não havia lugar para eles na hospedaria.” (Lc 2.7)

Quando os garis da CELURB surgiram segunda-feira de manhã no conjunto da COHAB conhecido por **Cavalo de Aço**, em Santíssimo, foram recebidos com palmas. Afinal, o lixo há meses extravasara da única caçamba ali existente, e já se espalhava em todas as direções, sem que a Companhia de Limpeza Urbana, até então, se preocupasse em reconhecê-lo.

Mas a missão dos garis não era recolher o lixo, como os mo-

radores do conjunto — na verdade, um núcleo de triagem onde ficam os favelados retirados de suas casas e que não podem pagar aluguel — verificaram logo depois. Atrás dos garis, vinham alguns soldados da PM. E com estes, uma figura já conhecida dos moradores de conjuntos habitacionais da COHAB: o inspetor Carlos Carvalhais. Nos minutos seguintes, o inspetor, de revólver na cinta, comandaria a expulsão de algumas famílias expulsas, lançando-os à rua.

Acostumados a farejar encenecas, os moradores das casas — que lembram, pelo tipo de construção, as senzalas de engenhos, na época de ouro da cana de açúcar em Pernambuco — amontoaram-se nas ruas estreitas. E viram, cada um temendo

ser o próximo, o despejo começar. A primeira casa invadida foi a de D. Alice de Costa Pires que, na ocasião, fazia a mamadeira do filho André, de 19 meses. Os garis entraram, desligaram o fogão e levaram-no para a rua. A mulher, aflita, acabou derramando leite quente sobre o ombro direito do filho, que sofreu queimaduras. Na rua, a mulher interrogou o inspetor Carvalhais, que explicou a expulsão com o fato de ela não pagar aluguel (as casas de triagem são feitas exatamente para quem, removido da favela, não pode pagar aluguel).

Depois foi a vez do operário da Petrobrás, Arlindo Pontes. O inspetor e os garis invadiram sua casa, expulsando-o de lá junto com a mulher, Margarida Pereira Pontes e o filho de três anos, Marco Antônio, doente. O menino foi atirado ao chão, a mulher empurrada, e o operário, ante a arma que o inspetor Carvalhais a essa altura empunhava, não teve outra saída: perdeu a voz. Os móveis foram jogados na rua, e a geladeira comprada há um mês, segundo D. Margarida, se quebrou.

Mas, na casa seguinte a moradora, Eliete Batista de Souza, que estava em cara com os três

filhos, resolveu resistir: "Só saio à força", disse, e seu desafio foi aceito. Encostaram-lhe um revólver na nuca. Na ocasião, chegara seu marido, o vendedor ambulante Francisco Crispiniano da Silva: ao tentar intervir, foi espancado.

O despejo prosseguiu até atingir 14 casas. As famílias despejadas amontoavam seus pertences ao redor da caçamba do lixo, e lá ficavam, tentando inutilmente com o inspetor, com os soldados e até com os garis, estes os mais impassíveis (muitos, provavelmente, moradores de outros conjuntos habitacionais). A notícia do despejo, a essa altura, já chegara no conjunto vizinho, o **Selva de Pedra**, distante 300 metros, e seus moradores prometiam resistir à expulsão que, afinal, não chegaria lá: terminou na casa de Onésio Ferreira, viúvo, 43 anos, que ganha Cr\$ 400,00 para sustentar cinco filhos, um deles, de 15 anos, paralítico. Onésio não estava em casa, e os homens da COHAB não encontraram resistência: puseram na rua um velho guarda-roupa, a mesa e duas cadeiras, um fogão e, sentado em sua cadeira de rodas, o rapaz paralítico.

QUEM É PROFETA ?

Profeta é todo aquele — indivíduo ou grupo humano, povo — que defende a luta pelo direito dos oprimidos. É todo o que denuncia as situações de opressão. É todo o que está verdadeiramente identificado com a classe dos que sofrem, na plena expressão da sua luta, da sua vida e da sua história, imposta pela ganância e pelo poder de uma minoria. Profeta é o que colocou na verdade de Deus o seu absoluto, na construção do Reino de Deus a sua vida, nos acontecimentos históricos o critério desta verdade. É o que teme, também, o julgamento de Deus. É o que sabe que, um dia, o povo terá nos lábios a oração de louvor de Maria.

**"A sua misericórdia vai de geração em
geração
sobre os que o temem.
Agiu com o seu braço valorosamente;
dispersou os que no coração alimentavam
pensamentos soberbos.
Derrubou dos seus tronos os poderosos
e exaltou os humildes.
Encheu de bens os famintos
e aos ricos despediu-os de mãos vazias."**

Dois importantes lançamentos para os estudiosos da Bíblia:

POR TRÁS DAS PALAVRAS

Carlos Mesters

288 p — Preço: Cr\$ 25,00

O subtítulo deste livro é bem significativo: um estudo sobre a porta de entrada no mundo da Bíblia. Uma *introdução* à leitura da Bíblia, em que o autor presta um serviço real ao povo cristão *de hoje*, utilizando a linguagem própria do povo, com sua mentalidade, falando uma língua que ele entende e de que ele gosta. Um livro cuja leitura interessa a todos: católicos ou não, cristãos ou não-cristãos. Não se trata de um livro científico, apesar de o autor ser um grande especialista em exegese. Sua *ciência* não prejudica a simplicidade e a funcionalidade do seu estilo; ela está na base da obra, na profundidade de suas pesquisas, garantindo o seu valor como obra didática.

O MUNDO DA BÍBLIA

Josef Scharbert

256 p. — Preço: Cr\$ 35,00

O principal objetivo deste livro é demonstrar como a própria Bíblia é arraigada e influenciada pela história e cultura de sua época e em que grau ela mesma influenciou a evolução dos povos ocidentais, estimulando a inspiração de seus artistas. O livro, portanto, é fartamente ilustrado. Ao mesmo tempo se trata de um estudo sobre a origem e o conteúdo de cada um dos livros bíblicos, fornecendo assim informações indispensáveis para qualquer leitor da Bíblia ter condições de compreender o que ela é e qual a sua importância na vida da Igreja. Apesar de sua seriedade científica, a obra é escrita numa linguagem ao alcance de todos.

Solicite os nossos catálogos de livros sobre a Sagrada Escritura e Técnicas Musicais.



**EDITORA
VOZES**

Rua Frei Luis, 100. Tel.: 42-5112
Caixa Postal 23. End. Telegr.: *Vozes*
25.600 Petrópolis, Estado do Rio
C.G.C. 31.127.301/0001
Inscr. Est. 39.030.164

Filiais e representantes: Rio, S. Paulo, B. Horizonte, P. Alegre,
Recife, Fortaleza, Brasília.